

As Fontes nos Jornais de Interior de Santa Catarina¹

Guilherme Felipe BUSNARDO²

Laura SELIGMAN³

RESUMO

Este artigo teve como objetivo analisar a qualidade editorial de jornais de interior em Santa Catarina a partir do uso das fontes em cada matéria, utilizando como método de pesquisa a Análise de Conteúdo, conforme Herscovitz (2010). A pesquisa parte da premissa de que os jornais de interior são um produto de expressão em Santa Catarina, mas ainda levantam dúvidas em relação a sua qualidade editorial e são alvos de muitas críticas negativas. Ao todo foram analisados 18 jornais das seis regiões do estado que permitiram constatar que os jornais de interior catarinense seguem uma tendência oficialista na escolha de fontes e ainda não conseguiram se desvincular economicamente do poder político das cidades, agindo menos em favor do cidadão e mais como meio de divulgação dos agentes públicos.

PALAVRAS-CHAVE: jornal de interior; qualidade; Santa Catarina.

INTRODUÇÃO

O mercado dos jornais de interior é expressivo em Santa Catarina. Só à Associação dos Jornais de Interior de Santa Catarina (Adjori-SC) estão associados 188 periódicos⁴. Já à Associação de Diários do Interior de Santa Catarina (ADI-SC) estão associados outros 31 jornais⁵, somando 219 títulos. Comparados aos números levantados por Fernandes em 2003⁶, os jornais de interior apresentaram um crescimento de 23,73% em relação ao ano de 2000. Esses números ganham ainda mais importância se considerado o fato de que “A rigor, em Santa Catarina, não se pode afirmar que existam grandes jornais, se comparados aos do eixo Rio-São Paulo como *O Globo*, *Jornal do Brasil*, *O Dia*, *Folha de São Paulo* e *O Estado de São Paulo*⁷.” (FERNANDES, 2003, p.22).

É nesse cenário que os jornais de interior se fazem importantes para a população das cidades catarinenses. Classificados por Fernandes (2003) como jornais de circulação local ou microrregional, com o noticiário voltado às notícias locais em que o fato tenha proximidade com o leitor e “sem implicar em delimitação geográfica – localizar-se fora da faixa litorânea – ou político-administrativa – estar fora da capital” (p.23), os jornais de

¹ Trabalho apresentado no IJ 1 – Jornalismo do XVII Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sul realizado de 26 a 28 de maio de 2016.

² Graduado em Comunicação Social com Habilitação em Jornalismo pela Univai, email: gfbusnardo@gmail.com.

³ Doutoranda em Comunicação e Linguagens – UTP, seligman@univali.br

⁴ Dados disponíveis e referentes ao ano de 2015.

⁵ Dados referentes ao ano de 2015.

⁶ Levantamento de Fernandes com base nos dados de 2000 apontava a existência de 177 jornais de interior em Santa Catarina.

⁷ Grifos conforme os originais do autor.

interior são os responsáveis por trazer informações que não encontram espaço nos principais veículos do país, a não ser quando tais acontecimentos são grandes tragédias (PERUZZO, 2013).

Mesmo tendo sua importância reconhecida ao levar informação local para os moradores de pequenas cidades e mesmo compondo um mercado expressivo em Santa Catarina, os jornais de interior continuam a levantar dúvidas quanto a suas qualidades editoriais. Muitos possuem fama de jornais de “segunda categoria” (DORNELLES, 2010, p.238), enquanto outros reconhecidamente são subordinados a pressões mercadológicas (MARQUES DE MELO, 2006, p. 129).

Tendo em vista esse paradoxo entre um mercado importante, mas muito criticado, este artigo se propôs a analisar um dos critérios que podem ser adotados para determinar a qualidade editorial de um veículo: o uso de fontes nas matérias. Como lembra Lage (2001, p. 58) “Poucas matérias jornalísticas originam-se integralmente da observação direta.”. Ou seja, as fontes são matéria-prima para elaboração de um produto jornalístico, de forma que a seleção e uso das fontes influenciam diretamente no resultado final.

Nesse artigo, portanto, foram analisadas através da Análise de Conteúdo (HERSCOVITZ, 2010) as fontes utilizadas nos textos do gênero informativo, conforme proposto Marques de Melo (2003), produzidas em 18 semanários filiados à Adjori-SC, sendo três de cada região do estado (Norte, Vale do Itajaí, Grande Florianópolis, Sul, Serra e Oeste). A opção por semanários se deu devido ao fato de que essa periodicidade é a mais frequente no estado, representando 61,8% dos jornais filiados à Adjori-SC.

Esse artigo faz parte de uma pesquisa maior, onde foram analisados também outros critérios de qualidade jornalística e possibilita, além de traçar um perfil da pequena imprensa do estado a partir do uso de suas fontes, uma melhor compreensão desse que pode ser um amplo campo de trabalho e estudo para jornalistas e pesquisadores.

OS JORNAIS DE INTERIOR

No dicionário, a palavra “interior” refere-se ao que está na parte de dentro, ou afastado do litoral e das fronteiras. Se para definir o conceito de um jornal de interior, portanto, fossem usados esses conceitos, um jornal de interior só seria considerado assim se circulasse dentro de um determinado país, distante do litoral ou das fronteiras. Entretanto, como observa Fernandes (2003) um jornal de interior pode circular em uma cidade litorânea ou mesmo na capital, contanto que atenda às características específicas de seu segmento,

que serão trabalhadas nos capítulos seguintes, como a proximidade entre o leitor e o fato (FERNANDES, 2003). Isso significa, também, uma adequação àquilo que a Associação dos Jornais de Interior de Santa Catarina (Adjori-SC) também usa para seus jornais afiliados.

Outra característica dos jornais de interior apontada por Fernandes (2003) é em relação aos grandes jornais. A Folha de São Paulo, O Estado de São Paulo e O Globo⁸ são citados por Bahia (1990) como o resumo da grande imprensa diária do Brasil. Isso porque possuem circulação nacional, grande tiragem, repercutem em suas páginas fatos nacionais e internacionais, e, ainda que sejam “menos influentes hoje do que no passado” (BAHIA, 1990, p. 242), podem ser considerados formadores de opinião pública em nível nacional. Se essas características são as que definem um jornal como grande e nacional, para caracterizar os jornais de interior resta usar as características opostas.

Foi o que fez Fernandes (2003). Ao tomar como base a classificação feita por Bahia (1990) para os grandes jornais, Fernandes (2003, p.23) categorizou como jornais de interior, ou pequena imprensa, aqueles de baixa tiragem, com circulação restrita à cidade onde estão localizados e aos municípios vizinhos, e com foco jornalístico voltado para a “proximidade⁹ entre o fato e o leitor”¹⁰. Outros pesquisadores que se debruçaram sobre o estudo do jornalismo interiorano também propuseram suas definições e categorizações para esses jornais, mas, de forma geral, elas variam pouco daquilo do que é proposto por Fernandes (2003).

Como exemplo dessas variações, pode-se citar um número mínimo de oito páginas e de uma estrutura administrativa que contenha um diretor, um contador, um responsável pela distribuição do jornal, um vendedor, e um jornalista, conforme propôs Dornelles (2005); ou, ainda, a classificação de Bueno (2013, p.45), que divide os jornais de interior em três tipos, de acordo com seu nível de profissionalismo e abrangência: “o jornal local ‘quase artesanal’ e o “jornal local ‘estruturado’”, com circulação restrita a sua cidade sede, mas sendo o primeiro menos profissionalizado, e o “jornal regional”, com uma circulação ampliada à sua região e mais profissionalizado que os dois anteriores. Afora esses detalhes, os autores concordam quanto ao fato que a proximidade entre o fato e o leitor é a principal característica do jornal de interior e também aquela através da qual ele mais se distancia dos grandes jornais.

⁸ Bahia ainda cita o Jornal do Brasil como exemplo de grande imprensa. Porém o jornal deixou de ser impresso em setembro de 2010, e com isso, segundo os próprios conceitos adotados por Bahia (1990), deixa de ser considerado um jornal de grande imprensa. A revista Veja também é apontada como exemplo de veículo da grande imprensa.

⁹ Grifo corresponde àquele feito pelo autor no texto original.

¹⁰ Em sua classificação, Fernandes (2003) também explica a questão de esses jornais se encontrarem ou não em capitais e no interior geográfico, conforme já apontado anteriormente nesse trabalho.

A proximidade como valor-notícia no jornal de interior

A relevância da proximidade entre o fato e o leitor em um jornal interiorano pode ser percebida logo na seleção daquilo que será publicado ou não no jornal, assim como observou Fernandes (2013, p.115). “Uma notícia sobre alguma medida tomada pelo governo federal pode ser atual, importante e se enquadrar nas medidas disponíveis na página, mas será descartada se não tiver um elemento de interesse estritamente local”. Ou seja, o valor-notícia proximidade serve como um filtro para a seleção de notícias, com igual relevância que possuem os valores-notícia *importância*¹¹ e *atualidade*¹² (FERNANDES, 2013). Se em um grande jornal não se deve publicar uma notícia que não seja importante e atual, em um jornal de interior não se deve publicar uma notícia que não seja importante, atual e de âmbito local ou, ainda, regional.

É preciso ressaltar aqui, porém, que a proximidade deve ser considerada apenas em seu aspecto geográfico, descartando aquilo que Fernandes (2013) chama de proximidade temática. Esta última diz respeito a afinidades musicais, culturais, interesses em comum de pessoas em geral, que podem estar a milhares de quilômetros de distância, e pode servir enquanto valor-notícia para jornais e/ou cadernos segmentados (idem), mas não para os jornais de interior. Os jornais interioranos precisam se ater à ideia de uma proximidade física, territorial, conforme propõe Sousa (2015):

O conceito de comunicação social regional e local não abarca as comunidades fisicamente desterritorializadas, como aquelas que se formam no ciberespaço ou no mundo global. Pelo contrário, a comunicação social regional e local tem sempre por referente um território, um espaço físico, uma área geográfica.

Ater-se a uma proximidade geográfica não é mero preciosismo. É nessa área geográfica específica e restrita, a qual Dornelles (2010, p.238-239) chama de “território de pertença e identidade”, que “a informação local parece estar ancorada” (idem) e “que a imprensa local constrói a sua razão de ser, a sua especificidade e sua força entre a sua localização territorial e a territorialização dos seus conteúdos”.

Isso pode ser mais bem compreendido a partir do estudo de Alsina (2009) sobre a implicação da mensagem no destinatário. Segundo o autor, cada mensagem implica de uma

¹¹ Toma-se como base para essa afirmação o proposto por Wolf (2009), para quem o valor-notícia importância é “prioritário” na seleção dos fatos para um jornal.

¹² Aqui, fala-se do critério-notícia atualidade conforme propuseram Golding e Elliott (apud WOLF, 2009, p.208): “as notícias devem referir-se a acontecimentos o mais possível em cima do momento da transmissão”.

forma diferente em cada pessoa, ou seja, “cada consumidor de mídia, de forma subjetiva, pode outorgar mais implicação a algumas notícias do que às outras, partindo de múltiplas peculiaridades pessoais” (ALSINA, 2009, p.147). Esses diferentes graus de implicação foram classificados por Alsina (idem) da seguinte forma:

- 1) Implicação direta e pessoal. São aquelas notícias que atingem diretamente a vida cotidiana do indivíduo. Por exemplo, o fechamento da empresa onde ele trabalha.
- 2) Implicação direta e não pessoal. Atinge diretamente e de forma emotiva ou ideológica, mas não repercute com muita relevância na vida cotidiana da pessoa. Por exemplo, a vitória do time de futebol pelo qual ele seria torcedor.
- 3) Implicação indireta. Não atinge diretamente o indivíduo que vê a notícia como algo que acontece em outro tempo ou lugar e a outras pessoas. Às vezes percebemos a realidade da mídia como algo que acontece só com os outros. [...] A mídia está muito ciente dessa implicação indireta. Portanto, quando acontece um incidente no estrangeiro, o primeiro que eles dizem é se existem compatriotas ou não.
- 4) Ausência de implicação. O indivíduo sente-se indiferente no tocante à informação recebida. Por exemplo, a queda da cotação de Siemens na Bolsa de Frankfurt.

Ainda que esses critérios sejam subjetivos e mutáveis, de acordo com cada pessoa, Alsina (2009, p.148) lembra que “o conhecimento de uma realidade pressupõe um maior envolvimento”. Ou seja, as pessoas passam a ter mais interesse por aquilo que elas conhecem e com aquilo que convivem. É aí que se encontra, portanto, a força da notícia local e regional. Ao retratar o cotidiano das pessoas, o noticiário de proximidade possui, segundo a classificação de Alsina (2009, p.147), “implicação direta e pessoal” sobre os indivíduos, o que se traduz em maior interesse por parte desses leitores para esse tipo de noticiário.

É a essa relação entre o noticiário local e o interesse do público em saber sobre seu entorno, portanto, que Dornelles (2010, p.239) se refere ao dizer que “a imprensa local constrói a sua razão de ser, a sua especificidade e sua força entre a sua localização territorial e a territorialização dos seus conteúdos”. Quanto mais os conteúdos disserem respeito ao território local, maior será o interesse dos receptores.

Explica-se, portanto, o fato de os pequenos eventos esportivos, as festas municipais, reuniões de moradores, entre outros assuntos do tipo, ganham as páginas dos pequenos jornais. “Para os veículos do interior, [...] o importante ou interessante está no bairro, no cotidiano das pessoas, [...] nos acontecimentos dos municípios vizinhos” (FERNANDES,

2013, p. 133). A proximidade geográfica, por fim, é não só um dos valores-notícia mais importante em um jornal interiorano, mas é, também, onde esses jornais encontram a sua razão de ser.

O jornal de interior como nicho de mercado

O interesse da grande mídia apenas pelos fatos de maior abrangência, abrindo espaço em seu noticiário para os fatos locais e regionais apenas quando esses forem “de grande repercussão, ou seja, aqueles que podem atrair olhares de todo o país ou até do exterior” (ASSIS, 2013, p.18), e que, por muitas vezes, acabam reduzidos a “grandes tragédias ou fatos sensacionalistas de fundo político ou de outra índole” (PERUZZO, 2013, p.12), abre uma lacuna na cobertura jornalística.

Talvez nem tanto por preconceitos, como sugeriu Dornelles (2005), mas mais pelas características do público alvo, como visto anteriormente, as notícias sobre o dia a dia das pequenas cidades, sobre seus clubes esportivos, sobre os acontecimentos das prefeituras e câmaras de vereadores não ganham as páginas dos grandes jornais, criando uma “necessidade do público em ser informado sobre os acontecimentos locais ou próximos à comunidade” (DORNELLES, 2005, p38).

É nessa lacuna, portanto, que atuam os jornais de interior. Ao conseguir enxergar esse mercado noticioso não abordado pela imprensa nacional e, em alguns casos, estadual, os jornais de interior encontram “uma alternativa, num contexto midiático cada vez mais exigente em termos financeiros e onde só os grandes parecem ter lugar”. (CAMPONEZ apud DORNELLES, 2010, p.240). Dessa forma, tanto o público passou a ser informado sobre os acontecimentos locais quanto os jornais não precisaram mais competir com a grande imprensa. Foram criados dois mercados de informação completamente distintos.

O jornal de interior como forma de reivindicação

Ao explorar um mercado à margem dos grandes veículos, os jornais de interior não se tornam apenas veículos que informam os moradores das pequenas cidades sobre os acontecimentos; se tornam, também, meios de divulgação das necessidades desses pequenos municípios que, até então, não tinham espaço midiático para fazer suas reivindicações junto ao poder público. Para Beltrão (2013, p.25), inclusive, “Os jornais interioranos sempre foram, no Brasil, veículos de ideias, reivindicações e cultura das populações regionais”.

Segundo Dornelles (2005), isso pode ser explicado novamente pela relação de proximidade entre o jornalista e seu público leitor, acentuada, principalmente, em cidades pequenas, onde a interação com os seus leitores é intensa. Nessas cidades, “Há uma cumplicidade entre as partes no que diz respeito à defesa dos interesses da comunidade” (DORNELLES, 2005, p.35). Ou seja, o jornalista interiorano acaba visto como um “líder comunitário” que não só divulga os fatos, mas também busca recursos para que essas reivindicações se concretizem (DORNELLES, 2005).

Dessa forma, os moradores das pequenas cidades passam a ganhar mais representação frente à sociedade, o que resulta, como lembrou Colussi (2013), na maior participação do debate público por muitas pessoas que antes ficavam à parte desse processo. Como exemplo, Colussi (2013) cita as seções de jornais nas quais os leitores podem enviar reclamações e contar problemas não resolvidos pela prefeitura. Uma vez exposta a reclamação, cabe ao jornal discuti-la e pressionar o órgão responsável para o problema seja solucionado. Ou seja,

A imprensa local tem, assim, por função manter e promover uma saudável vida democrática, permitindo a troca de ideias, favorecendo o debate e procurando fazer com que seus leitores se interessem pelo ambiente que os rodeia, de forma a levá-los a assumir uma atitude participativa do ponto de vista social (DORNELLES, 2010, p. 241)

Mais do que uma forma de atualização, a imprensa do interior se torna uma espécie de porta-voz das pequenas cidades, onde o morador pode não só se informar sobre o que acontece, como lembra Fernandes (2013), mas também, ter a possibilidade de agir em relação a esse mesmo fato, o que dificilmente acontece nos grandes veículos. É através dessa relação, que a imprensa local não só aproveita o interior como nicho de mercado, mas desenvolve também a cidadania nesses municípios.

As limitações da pequena imprensa

A função social dos jornais de interior como porta-vozes de suas respectivas comunidades, entretanto, pode ser restringida pela dependência desses jornais em relação aos releases enviados pelas assessorias não só de órgãos públicos, mas também de empresas. Se os grandes veículos são tachados de manipuladores, os pequenos veículos são tachados de manipulados, justamente devido à dependência de terceiros para produção dos respectivos jornais.

Marques de Melo (2003), por exemplo, descreve os jornais de interior como veículos subordinados a pressões mercadológicas. Já Lage (2003, p.13) classifica o jornalismo interiorano catarinense como “deficiente” que “atrelado a verbas públicas e à competição autofágica, ajuda oligarquias que, por um pacto curioso, convivem com o alto nível de desenvolvimento econômico e tecnológico das comunidades na base do ‘você não se mete comigo, eu não me meto com você’”. Esse pacto, a qual Lage (2003) se refere, é o que Santana (2005, apud SANTANA, 2013 p.137) chama de “jornalismo cordial”.

De acordo com a autora (*idem*), essa classificação serve para as notícias que carecem de uma apuração jornalística consistente e que apenas reproduzem discursos oficiais, “sejam eles públicos ou privados” (p.138), o que, na prática, é facilmente observado na publicação indiscriminada de *releases* vindos das assessorias de imprensa, pagos ou não.

Ainda que o jornalismo cordial não seja exclusividade dos jornais de interior, ele é mais visível nos pequenos jornais, que, em sua maioria, trabalham em equipes pequenas, sobrecarregadas pelo acúmulo de funções, o que resulta, entre outras coisas, na falta de tempo para apurar as matérias. Dessa forma, o *release*, ao apresentar o fato já construído em formato de notícia, “[...] com aspas, lide, discurso pretensamente imparcial e calcado em objetividade [...]” perde seu status de sugestão de pauta para se transformar em notícia, publicada, mesmo que sem a devida apuração. (SANTANA, 2013).

A partir do momento que o *release* é publicado como se fosse um produto jornalístico, sem nem mesmo haver a identificação de esse se trata de um texto institucional, o discurso oficial ganha força em detrimento das reivindicações da população, já que, no jornalismo cordial, “Parece haver um receio de bater de frente com as fontes” (*idem*, p.149), naquilo, por fim, que Lage (2003, p.13) chama de “pacto” entre fontes e jornalistas.

É preciso ressaltar, entretanto, que nos jornais de interior, esse mesmo pacto não se restringe apenas às fontes oficiais. Assim como já havia observado Dornelles (2005), a forte interação entre os jornalistas dos pequenos jornais com a própria população das cidades em que estão inseridos, acentuada por uma relação de amizade (*idem*), acaba por inibir publicações de matérias que também possam causar algum tipo de embate entre fonte e jornalista. Ou seja, da mesma forma que a proximidade contribui para pluralidade de vozes e conseqüente desenvolvimento da democracia, através das reivindicações da população, ela também pode servir de censura para os pequenos jornais.

NÚMERO DE FONTES E CLASSIFICAÇÃO

As fontes são matéria-prima na produção jornalística. Como lembra Lage (2001, p.58), “Poucas matérias jornalísticas originam-se integralmente da observação direta.” Ou seja, o jornalista depende de relatos e opiniões de terceiros para que possa retratar aquilo que aconteceu. É preciso ressaltar, no entanto, que não só as pessoas são consideradas fontes. Livros, documentos ou “qualquer entidade que possua dados suscetíveis de serem usados pelo jornalista no seu exercício profissional pode ser considerada uma fonte de informação” (SOUSA, 2005, p.48).

Essa variedade, porém, não é necessariamente um facilitador para o trabalho jornalístico, uma vez que é preciso selecionar, entre as mais variadas fontes, aquelas mais credíveis (SOUSA, 2005). Isso porque cada fonte pode ter uma determinada visão sobre o assunto em pauta e, em muitos casos, pode falar de forma a defender interesses específicos (LAGE, 2001).

Entre as fontes mais tendenciosas estão aquelas ligadas a alguma instituição e que “têm interesses a preservar, informações a esconder e beneficiam-se da própria lógica do poder que as colocam na clássica condição de *Instituição*¹³” (PENA, 2012 p.62). São elas as fontes oficiais e oficiosas, conforme definição proposta por Lage (2001) e apresentada abaixo, mas mesmo fontes que não tenham interesses escusos a defender, podem passar informações desencontradas.

É por isso que há necessidade de confrontar as informações (SOUSA, 2005) e ouvir o maior número possível de fontes e que não tenham relação entre si. (LAGE, 2001). Dos relatos de três fontes diferentes, por exemplo, “Toma-se como verdade, aí, o que é mínimo comum aos três relatos, separando o que é fato do que é versão ou interpretação” (LAGE, 2001, p.67). Esses procedimentos refletem diretamente na capacidade de seleção da informação que, segundo Sousa (2005, p.48), é um dos indicadores da qualidade jornalística”.

Tendo em vista isso, foi analisado nessa pesquisa o número de fontes ouvidas para matéria publicada nos objetos de estudo, assim como foi adotada a categorização das fontes conforme propôs Lage (2001), para quem as fontes podem ser classificadas como:

- **Fontes oficiais:** Mantidas pelo Estado, por instituições que preservam algum poder de Estado, como as juntas comerciais e cartórios de ofício; e por empresas e organizações, como sindicatos, fundações, etc. [...] (p.63).

¹³ Grifo conforme o original.

- **Fontes oficiais:** reconhecidamente ligadas a uma entidade ou indivíduo, que não estão, porém, autorizadas a falar em nome dela ou dele [...] (p.63)
- **Fontes independentes:** aquelas desvinculadas de uma relação de poder ou interesse específico em cada caso. (p.63)
- **Fontes primárias:** aquelas em que o jornalista se baseia para colher o essencial para uma matéria. [...] No caso de uma descoberta arqueológica, os descobridores são fontes primárias. (p.65)
- **Fontes secundárias:** são aquelas consultadas para a preparação de uma pauta ou para a construção das premissas genéricas ou contextos ambientais. Novamente, no caso de uma descoberta arqueológica, as fontes secundárias seriam historiadores ou mesmo documentos históricos. (p. 66)
- **Testemunhas:** pessoas que presenciaram o acontecimento (p.66).
- **Experts:** geralmente fontes secundárias que os jornalistas procuram em busca versões ou interpretações para determinados eventos (p.67).

Resultados

Com base nos critérios escolhidos para análise nessa pesquisa, os jornais de interior de Santa Catarina analisados nesta pesquisa apresentaram uma forte tendência oficialista em suas notas, notícias, reportagens e entrevistas, tendo sido essa última analisada separadamente. Se analisados em números totais, foram identificadas, nos 18 jornais analisados, 498 fontes, divididas entre as categorias: oficial; oficiosa; independente; primárias; secundárias; testemunhas; e *experts*, conforme propôs Lage (2001). Dessas, 332 fontes foram classificadas como oficiais, o que representa 66,67% de todas as fontes das 558 matérias publicadas nos jornais. Outras quatro eram oficiosas (0,80%); 101 eram primárias (20,28%); 53 foram consideradas secundárias (10,64%); cinco testemunhas (1%) e três foram consideradas *experts* (0,60%).

Para chegar a esses números, foram consideradas fontes oficiais aquelas, que, assim como já exemplificado anteriormente com base em Lage (2001), mantém alguma relação com o poder público e estejam em algum cargo de chefia, sejam elas prefeitos, vereadores, deputados, secretários, ou mesmo coordenadores de órgãos e repartições públicas; ou ainda, respondam por alguma entidade, seja ela privada, como empresas; ou de classe, como sindicatos. É preciso ressaltar também que, entendendo por fontes primárias “aquelas em que o jornalista se baseia para colher o essencial para uma matéria” (idem,p.65), muitas fontes oficiais poderiam também ser classificadas como primárias. Entretanto, toda vez em que uma fonte pôde ser tanto classificada como oficial ou primária, ou mesmo secundária, ela foi classificada como oficial, por entender-se que a sua autoridade prevalece.

Da mesma forma, fontes secundárias foram categorizadas como *experts* quando eram apresentadas como especialistas em determinados assuntos e eram utilizadas apenas para avaliar ou comentar uma determinada situação. Por fim, antes de adentrar nos resultados obtidos, é preciso ressaltar também que nenhuma fonte foi classificada como independente, uma vez que essa categorização serve para o repórter na hora de apurar um fato, mas não para o leitor, já que esse último não tem como conhecer o verdadeiro interesse da fonte em determinado acontecimento apenas por ler a matéria.

Dessa maneira, proporcionalmente, os jornais que mais apresentaram fontes oficiais em seus textos foram os jornais *Vitrine Lageana*, de Lages; e *Panorama*, de Urussanga. De todas as fontes identificadas e classificadas nos dois jornais, havia apenas fontes oficiais. Ou seja, 100% das fontes ouvidas pelos jornais exerciam algum cargo de chefia.

No jornal *Vitrine Lageana*, foram identificadas 33 matérias. Dessas, em 16 (48,48%) não havia indicação de fontes. Ainda que, em alguns casos, fosse possível supor que a informação havia partido de uma fonte oficial, como não era possível ter certeza, essas matérias foram classificadas como “fonte não identificada”. Dessa forma, sobraram 17 matérias, das quais em 16 (94,12%) só havia a indicação de uma fonte, sempre oficial. Na única matéria onde foram indicadas duas fontes, as duas também eram oficiais, totalizando assim, 18 fontes oficiais.

Já no jornal *Panorama*, foram identificadas 28 matérias, das quais, novamente, não foi possível identificar as fontes de 22 (78,57%). Dessa forma, sobraram seis (21,43%) matérias onde as fontes haviam sido citadas. Dessas seis matérias, quatro (66,67%) eram matérias com apenas uma fonte, e as outras duas (33,33%) apresentavam duas fontes cada. Todas as oito fontes citadas, porém, eram oficiais, o que, novamente, leva ao quadro de 100% das fontes apresentadas pelo jornal serem de algum cargo de chefia e com poder de autoridade.

De todos os jornais analisados, apenas dois apresentaram índices de uso de fontes oficiais menores do que 50%. No jornal *Palavra Palhocense*, de Palhoça, as fontes oficiais são 32 (43,83%) do total de 73 fontes, mas apesar disso, ainda são maioria se comparadas com as outras fontes presentes no jornal. Na edição analisada, foram categorizadas 53 matérias. Dessas, não foi possível identificar fontes em 18 (33,96%). Das 35 matérias restantes, 22 (62,86) apresentavam apenas uma fonte; cinco (14,29%) apresentavam duas fontes; três (8,57%) apresentavam três fontes; e cinco (14,29%) apresentavam quatro fontes ou mais. No total, além das fontes oficiais, uma era oficiosa (1,37%); 24 eram fontes

primárias (32,88%); 15 eram fontes secundárias (20,55%); e uma era um fonte classificada como *expert* (1,37%). Dessa forma, ainda que as fontes oficiais sejam a maioria, houve mais equilíbrio entre os vários discursos presentes.

O mesmo aconteceu com o Jornal da Cidade, de Tubarão, que apresentou os menores índices de fontes oficiais, de acordo com o levantamento feito para essa pesquisa. Na edição analisada, foram identificadas nove matérias, das quais uma (11,11%) não indicava a fonte. Das oito edições restantes, três (37,50%) matérias apresentavam apenas uma fonte; três (37,50%) matérias apresentavam duas fontes; uma (12,50%) matéria apresentava três fontes; e uma (12,50%) matéria apresentava quatro fontes ou mais. Assim, foi possível identificar um total de 16 fontes, das quais cinco eram oficiais (31,25%); sete eram fontes primárias (43,75%); e quatro eram fontes secundárias (25%). Importante frisar também que as três matérias com apenas uma fonte foram escritas a partir de fontes primárias e não fontes oficiais. Ainda que isso também não seja recomendável, ao menos, não é novamente o discurso oficial unicamente sendo reproduzido.

Afora os jornais aqui citados, os outros também apresentaram índices elevados do uso de fontes oficiais, conforme pode ser conferido na tabela a seguir:

Tabela 1 - Número de fontes oficiais

Jornais	Total de fontes	Fontes oficiais	%
Vitrine Lageana	18	18	100,00
Panorama	8	8	100,00
O Regional	17	15	88,24
Correio Otaciliense	35	30	85,71
Gazeta Regional	19	15	78,95
Jornal Razão	13	10	76,92
Cruzeiro Catarinense	38	29	76,32
Folha do Bairro	23	17	73,91
Liberdade nas Asas da Notícia	28	20	71,43
Jornal do Comércio	66	45	68,18
Jornal de Navegantes	21	14	66,67
Live	26	17	65,38
O Momento	30	19	63,33
Em Foco	22	13	59,09
O Popular	12	7	58,33
Correio do Norte	33	18	54,54
Palavra Palhocense	73	32	43,84
Jornal da Cidade	16	5	31,25
Total	498	332	66,67

A predominância das fontes oficiais também aconteceu com as entrevistas. Por entender-se que nas entrevistas predominam apenas uma fonte e, assim, não deturpar os dados referentes à diversidade de fontes nas notas, notícias e reportagens, as entrevistas foram analisadas separadamente. O resultado, entretanto, não variou do que já foi visto nos outros subgêneros jornalísticos.

Do total de oito entrevistas publicadas, sete (87,50%) foram com fontes oficiais das quais, inclusive, cinco (71,43%) eram políticos. Entre os jornais Correio do Norte, de Canoinhas; O Regional, de Jaraguá do Sul; Jornal de Navegantes, de Navegantes; O Momento, de Lages; Correio Otaciliense, de Otacílio Costa; Palavra Palhocense; Jornal Razão, de Tijucas; e Em Foco, de Brusque, somente esse último teve como entrevistado um goleiro aposentado. Já os jornais O Regional e Jornal de Navegantes foram os que entrevistaram empresários responsáveis por associações ao invés de políticos.

CONSIDERAÇÕES SOBRE OS RESULTADOS

Com base nos dados obtidos foi possível concluir que existe pouca pluralidade de vozes nos jornais de interior catarinenses analisados. De forma geral, esses jornais apresentaram uma forte tendência oficialista, uma vez que o discurso dessas fontes se sobressai numericamente se comparado às falas de fontes classificadas como de outras categorias. O alto índice de fontes oficiais denota um jornalismo mais próximo das limitações dos jornais de interior, como apontam Santana e Lage do que das possibilidades que o jornalismo de interior pode proporcionar a seus leitores, como afirma Dornelles (2005), o que também é corroborado pelo alto índice de releases nos jornais, conforme constatado em outra parte da pesquisa da qual esse artigo faz parte.

É preciso ressaltar aqui, no entanto, que o ideal não é excluir as fontes oficiais dos jornais, nem mesmo fazer com que elas se tornem a minoria, que sejam desvalorizadas. Assim como o excesso de fontes oficiais é prejudicial aos jornais, a falta das fontes oficiais também seria. O ideal é buscar um equilíbrio entre as fontes ouvidas pelos veículos, até mesmo porque os próprios leitores dos pequenos jornais também precisam de um espaço onde possam ouvir as respostas dos governantes às suas reivindicações, assim como se informar sobre o que está sendo feito pelo poder público.

Falta, portanto, para os jornais de interior de Santa Catarina, livrar-se de um vício antigo, presente ao longo de toda história da mídia catarinense, como já apontado por Pereira (1992): o atrelamento político-partidário. Em Santa Catarina, os jornais de interior

continuam muito dependentes do poder público, ao menos no que pôde ser avaliado através do direcionamento editorial, com o alto número de *releases* e fontes oficiais, por exemplo.

REFERÊNCIAS

ALSINA, Miguel Rodrigo. **A construção da notícia**. Petrópolis: Vozes, 2009.

ADJORI-SC. ASSOCIAÇÃO DOS JORNAIS DE INTERIOR DE SANTA CATARINA. **Estatuto**. Disponível em:
http://admin.adjorisc.com.br/data/arquivos/3/estatuto_registrado_em_cartorio_20_06_2010.pdf.
20.06.2010. Acesso em : 01 jun. 2015

ADJORI-SC. ASSOCIAÇÃO DOS JORNAIS DE INTERIOR DE SANTA CATARINA. 2014. Disponível em: <<http://institucional.adjorisc.com.br/>>. Acesso em: 13 nov. 2014.

BAHIA, Juarez. **Jornal, história e técnica: História da imprensa brasileira**. 4. ed. São Paulo: Ática, 1990.

BELTRÃO, Luiz. O jornalismo interiorano a serviço das comunidades. In: ASSIS, Francisco de (Org.). **Imprensa do interior: conceitos e contextos**. Chapecó: Argos, 2013. p. 23-43.

BUENO, Wilson da Costa. Jornal do interior: conceitos e preconceitos. In: ASSIS, Francisco de (Org.). **Imprensa do interior: conceitos e contextos**. Chapecó: Argos, 2013. p. 45-65.

COLUSSI, Juliana. Política, debate e participação no jornalismo de interior. In: ASSIS, Francisco de (Org.). **Imprensa do interior: conceitos e contextos**. Chapecó: Argos, 2013. p. 137-162.

DORNELLES, Beatriz. O localismo dos jornais do interior. Revista Famecos, Porto Alegre, v.17, n.3, p. 237-243, setembro/dezembro de 2010. Disponível em:
<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistafamecos/article/viewFile/8191/5880> .
Acesso em: 10 de abril de 2013.

DORNELLES, Beatriz. Características de jornais e leitores interioranos no final do século XX. In: FIDALGO, António; SERRA, Paulo (Org.) **Campos da comunicação**. Covilhã: Universidade da Beira Interior, 2005. Disponível em:
<<http://www.livroslabcom.ubi.pt/pdfs/Actas%20VOL%204.pdf>>. Acesso: 8 dez. 2014.

FERNANDES, Mario Luiz. A proximidade como valor-notícia na imprensa do interior. In: ASSIS, Francisco de (Org.). **Imprensa do interior: conceitos e contextos**. Chapecó: Argos, 2013. p. 103-136.

FERNANDES, Mario Luiz. **A força do jornal do interior**. Itajaí: Univali, 2003.

HERSCOVITZ, Heloiza Golbspan. Análise de conteúdo em jornalismo. In LAGO, Cláudia; BENETTI, Márcia (Org.). **Metodologia de pesquisa em jornalismo**. Petrópolis-RJ: Vozes, 2010.

LAGE, Nilson. Há o que dizer; é preciso saber como. In. FERNANDES, Mario Luiz. **A força do jornal do interior**. Itajaí: Univali, 2003.

LAGE, Nilson. **A reportagem**: teoria e técnica de entrevista e pesquisa jornalística. 6. ed. Rio de Janeiro: Record, 2001.

MARQUES DE MELO, José. Panorama diacrônico dos gêneros jornalístico. In: MARQUES DE MELO, José; LAURINDO, Roseméri; ASSIS, Francisco de (Orgs.). In: **Gêneros jornalísticos**: teoria e práxis. Blumenau: Edifurb, 2012.

MARQUES DE MELO, José. **Teoria do jornalismo**: Identidades brasileiras. São Paulo: Paulus, 2006.

MARQUES DE MELO, José. **Jornalismo opinativo**: Gêneros opinativos no jornalismo brasileiro. 3. ed. Campos do Jordão: Mantiqueira, 2003.

PENA, Felipe. **Teoria do jornalismo**. São Paulo: Contexto: 2012.

PERUZZO, Cicilia K.. Prefácio. In: ASSIS, Francisco de (Org.). **Imprensa do interior**: conceitos e contextos. Chapecó: Argos, 2013. p. 9-12.

SANTANA, Adriana. Jornalismo de release na imprensa do interior: flertes com o “homem cordial”. In: ASSIS, Francisco de (Org.). **Imprensa do interior**: conceitos e contextos. Chapecó: Argos, 2013. p. 137-162.

SELIGMAN, Laura; COMEL, Naiza. **A qualidade dos novos jornais de interior catarinenses**: caminhos e desvios na prática do Jornalismo Impresso. Anais do 11º Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo. Brasília: 2013.

SOUSA, Jorge Pedro. **Comunicação regional e local na Europa Ocidental**: Comunicação regional e local na Europa Ocidental. 2015. Disponível em: <<http://bocc.ubi.pt/pag/sousa-jorge-pedro-comunicacao-regional-na-europa-ocidental.html>>. Acesso em: 12 maio 2015.

SOUSA, Jorge Pedro de. **Elementos de jornalismo impresso**. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 2005.